



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Deltan Dallagnol

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023

(Do Sr. Deltan Dallagnol)

Apresentação: 05/04/2023 21:06:31.633 - CFEC

REQ n.103/2023

Solicita informações ao Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União sobre as auditorias realizadas no âmbito dos fundos de pensão.

Senhora Presidente,

Requeiro, com base nos arts. 70 e 71 da Constituição Federal e na forma dos arts. 60 e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas informações ao Tribunal de Contas da União sobre as auditorias realizadas no âmbito dos fundos de pensão, com os seguintes questionamentos:

1. Quais foram os principais problemas de corrupção e má gestão identificados nos relatórios de auditoria do TCU sobre os fundos de pensão?
2. Em que medida as auditorias do TCU contribuíram para evitar ou solucionar casos de corrupção, desvios e má gestão de recursos nos fundos de pensão investigados pela Polícia Federal?
3. Como as auditorias do TCU têm sido utilizadas para responsabilizar os gestores e dirigentes dos fundos de pensão por irregularidades e prejuízos financeiros aos seus

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 739 – Brasília – Distrito Federal – CEP 70.160 - 900
dep.deltandallagnol@camara.leg.br | 61 3215-5739



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Deltan Dallagnol
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232883370000>





participantes?

4. Quais foram as recomendações e sugestões feitas pelo TCU para aprimorar a gestão e o controle dos fundos de pensão e evitar novos casos de má administração e corrupção?

5. Qual tem sido a eficácia das auditorias do TCU no sentido de prevenir e combater práticas ilegais e lesivas aos fundos de pensão e aos seus beneficiários?

JUSTIFICAÇÃO

Segundo dados da agência Senado¹, existem 369 fundos de pensão no Brasil, os quais gerenciam um patrimônio de R\$ 460 bilhões. Esses fundos são oferecidos por empresas públicas e privadas, bem como associações, para proporcionar uma aposentadoria complementar aos seus funcionários. Eles pertencem à previdência fechada, o que significa que apenas os trabalhadores dessas empresas podem participar. Cerca de 6,5 milhões de brasileiros são beneficiados pelo sistema, incluindo participantes, assistidos e dependentes.

Os fundos de pensão são opções de investimento que visam aumentar os recursos recebidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A contribuição para esses fundos é paga tanto pelo participante quanto pela empresa, diferentemente da previdência complementar aberta, que é oferecida por instituições financeiras e paga apenas pelo participante.

O Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, é o maior do país e possui o maior patrimônio dentre os demais fundos de pensão da América Latina. Os recursos dos fundos de pensão são provenientes principalmente das contribuições pessoais dos participantes e da instituição, e são investidos em ações de empresas, imóveis e títulos, entre outros, com o objetivo de garantir o pagamento

¹ <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/fundos-de-pensao>





dos benefícios. Entre os maiores fundos estão Petros (Petrobras), Funcef (Caixa Econômica Federal) e Postalís (Correios).

Em 2015, foi instalada no Senado Federal a CPI dos Fundos de Pensão², com o objetivo de investigar supostas irregularidades na gestão de fundos de pensão de empresas estatais brasileiras, como a Petrobras, a Eletrobras e a Caixa Econômica Federal.

Durante as investigações, foram levantadas suspeitas de que políticos, partidos e empresas teriam se beneficiado de operações financeiras fraudulentas envolvendo esses fundos.

Entre as irregularidades apuradas estavam investimentos em empresas com problemas financeiros e falta de garantias adequadas, operações de empréstimos suspeitas e indícios de corrupção envolvendo dirigentes de fundos de pensão e gestores de empresas privadas.

As investigações da CPI resultaram em indiciamentos de gestores de fundos de pensão, empresários e políticos, como o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega e o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha. Além disso, foram propostas mudanças na legislação que regulamenta a gestão de fundos de pensão, visando aumentar a transparência e a fiscalização dessas entidades.

A CPI dos Fundos de Pensão foi encerrada em 2016, mas suas investigações tiveram desdobramentos em outras operações da Polícia Federal, fases da operação Lava Jato³ e na operação Greenfield⁴, que também apurou irregularidades em fundos de pensão de empresas estatais brasileiras.

Como responsável pela fiscalização dos fundos de pensão, o TCU realizou diversas auditorias com a finalidade de supervisionar a conformidade da aplicação

2 <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=1925>

3 <https://oglobo.globo.com/politica/lava-jato-mira-fundos-de-pensao-em-prejuizos-de-ate-6-bilhoes-22583494>

4 <https://www.estadao.com.br/tudo-sobre/operacao-greenfield/>





dos recursos e administração desses fundos. Dentre as auditorias realizadas destacam-se:

- Auditoria de conformidade realizada em 2012 nos quatro maiores fundos de pensão do país: Petros, Previ, Funcef e Postalís, com o objetivo de avaliar a conformidade das atividades dos fundos com a legislação e normas aplicáveis;
- Auditoria operacional realizada em 2016 nos fundos de pensão patrocinados por empresas estatais, com o objetivo de avaliar a efetividade da gestão desses fundos e a conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis;
- Auditoria de acompanhamento realizada em 2018 nos fundos de pensão dos servidores públicos federais, com o objetivo de avaliar a gestão dos recursos desses fundos e a conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis.

Em todas as auditorias, o TCU identificou deficiências na gestão dos recursos e recomendou a adoção de medidas para melhorar a governança e a transparência das atividades. Em 2021, o tribunal identificou, no processo TC 045.032/2020-3⁵, de relatoria do Exmo. Ministro Bruno Dantas, que a maioria dos fundos de pensão apresenta suscetibilidade alta ou extrema a riscos de integridade, com baixo controle dos mecanismos de combate à corrupção, pelo que concluiu que tais riscos estavam além do limite aceitável.

Diante disso, considerando o papel institucional desta Comissão e visando entender o problema e os resultados dessas e de outras auditorias é que se justifica o presente requerimento de informações.

Assim sendo, solicito aos pares apoio para aprovação do presente requerimento de informações.

5<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-avalia-que-fundos-de-pensao-apresentam-altos-riscos-de-integridade.htm>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Deltan Dallagnol

Sala das Sessões, em de abril de 2023.

DELTAN DALLAGNOL
Deputado Federal PODEMOS/PR

Apresentação: 05/04/2023 21:06:31.633 - CFFC

REQ n.103/2023

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 739 – Brasília – Distrito Federal – CEP 70.160 - 900
dep.deltandallagnol@camara.leg.br | 61 3215-5739



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Deltan Dallagnol
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232883370000>

